

BALANÇO DE 2007

Presidente da Câmara aceita discutir o fim das coletivas ao Orçamento como forma de compensar a perda da CPMF

Chinaglia admite corte de emendas

LÚCIO VAZ
DA EQUIPE DO CORREIO

O presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), afirmou ontem que colocará em discussão a proposta de eliminação das emendas coletivas ao Orçamento da União para 2008, como propôs o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. A proposta foi classificada pela oposição como uma chantagem e uma retaliação do governo pela extinção da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Chinaglia defendeu as emendas individuais, que têm a "assinatura" do autor, e demonstrou desconfiança em relação às emendas de bancada: "Essas eu trago para discussão. Tenho medo que os deputados sejam envolvidos em algo que não entendam", justificou.

Chinaglia fez ontem o balanço do ano na Câmara. Apresentou um levantamento mostrando que 105 das 192 sessões deliberativas deste ano foram obstruídas pela oposição ou pelo governo. Os motivos da interrupção dos trabalhos teriam sido o excesso de edição de medidas provisórias e a falta de diálogo no Congresso. "Talvez o não-diálogo tenha contribuído, a começar pelo diálogo entre o governo e os líderes da base. Quem é maioria tem responsabilidade maior de fazer funcionar", comentou. Ele afirmou que o grande desafio para o próximo ano é fazer a Câmara "caminhar". Nesse sentido, disse ser consenso na Casa que é preciso mudar a regulamentação da edição de Medidas Provisórias. Será utilizada uma proposta de emenda constitucional (PEC) de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA) já aprovada no Senado. Essa vai ser uma das prioridades entre os projetos que ficam para ser votados no próximo ano.

Chinaglia apresentou uma extensa e polêmica lista de projetos (**leia quadro abaixo**) para o próximo ano, incluindo as reformas política e tributária. Questionado se não estaria sendo otimista, já que as eleições municipais

“Faço uma proposta ambiciosa porque sei que não vai ser cumprida”

Arlindo Chinaglia,
presidente da Câmara dos Deputados

deverão interromper os trabalhos legislativos, fez uma comparação com os tempos em que era sindicalista. Lembrou que o sindicato apresentava uma proposta elevada aos patrões, mesmo sabendo que não conseguiria tudo. "Faço uma proposta ambiciosa porque sei que não vai ser cumprida", comentou bem-humorado.

Obstrução
Ao analisar a obstrução dos trabalhos, o presidente da Câmara afirmou que o problema não é o regimento da Casa, mas sim a disputa política. Ele lembrou que a oposição obstruiu 13 sessões entre 18 e 27 de setembro, para retardar a votação da PEC da CPMF. A partir de 21 de novembro, o governo esvaziou 14 sessões. O objetivo era evitar que medidas provisórias aprovadas na Câmara passassem a trancar a pauta do Senado, que estava votando a CPMF. "Não votamos nada nesse período. Foi a obstrução mais grave", lamentou Chinaglia.

Mas ele citou dois períodos de obstrução ainda maiores. Durante a discussão da reforma política, 32 sessões deliberativas foram prejudicadas, a partir de 13 de junho. Antes disso, entre 7 de março e 3 de maio, a oposição obstruiu 46 sessões para forçar a criação da CPI do Apagão Aéreo. Apesar das dificuldades, a Câmara aprovou 142 matérias neste ano, incluindo 61 medidas provisórias, 49 projetos de decretos legislativos e 25 projetos de lei, informou o presidente. Ele acrescentou que dois aspectos contribuíram para a lentidão dos trabalhos: "Em início de legislatura, os deputados vêm com muita vontade de mostrar serviço. Também estava presente a crise política pela qual a Câmara havia passado. Isso trouxe uma carga pesada".

Gastos e cortes
Chinaglia não antecipou os cortes que a Câmara poderá fazer para ajudar a recompor o Orçamento da União, após a perda de R\$ 40 bilhões da CPMF. Ao contrário, reafirmou que pretende aplicar em obras os R\$ 202 milhões que resultarão da "venda" da folha de pagamento para uma instituição financeira. O dinheiro será aplicado na ampliação do Anexo 4, para abrigar os 82 gabinetes de deputados hoje localizados no Anexo 3, e na construção do Anexo 5, onde serão instalados a biblioteca, o museu e o centro cultural da Câmara. Orçado em R\$ 90 milhões, o Anexo 5 terá uma garagem subterrânea com 357 vagas, um auditório com 600 lugares e um salão de exposições permanentemente aberto ao público, inclusive nos finais de semana.

Para compensar os gastos, o presidente da Câmara apresentou uma relação de cortes que resultaram em economia de R\$ 164 milhões neste ano. Foram R\$ 30 milhões com a extinção de cerca de mil cargos de natureza especial (CNEs), R\$ 10 milhões com o corte de horas-extras, R\$ 61,4 milhões com o cancelamento de despesas de custeio, R\$ 37,7 milhões com investimentos não realizados e R\$ 25,5 milhões com outras despesas, como passagens e diárias.

Marcelo Ferreira/CB



EM BALANÇO DE FIM DE ANO, ARLINDO CHINAGLIA CULPOU OBSTRUÇÕES DO GOVERNO E DA OPOSIÇÃO PELA FALTA DE ATIVIDADES NA CÂMARA EM 2007

PROJETOS QUE FICARAM PARA 2008

SEGURANÇA PÚBLICA

A Câmara vai priorizar a votação de oito propostas da área de segurança pública. O objetivo é tornar mais rígidas as penas para os crimes de corrupção e criar medidas para prevenir crimes contra o patrimônio público. Redução da jornada — Na discussão das relações trabalhistas, a prioridade será a redução da jornada de trabalho, que gera novos empregos, segundo afirmou Chinaglia. Mas ele reconhece que haverá resistência por parte dos empresários. A questão previdenciária e a geração de mais e melhores empregos serão outros temas em debate.

NEPOTISMO

O presidente da Câmara pretende colocar em votação o projeto que proíbe o nepotismo (contratação de parentes), mas alerta que existe um risco: a derrubada do projeto em plenário.

Isso traria mais desgaste para a Câmara. Assim, a votação será precedida de um trabalho de convencimento junto aos deputados.

VOTO SECRETO

A aprovação definitiva do projeto que extingue o voto secreto é outra preocupação de Chinaglia. Ele lembra que existem dois pontos polêmicos: a aprovação da indicação de ministros do Supremo Tribunal Federal e a votação de vetos do presidente da República.

REFORMAS POLÍTICA E TRIBUTÁRIA

Chinaglia lembrou que a proposta de reforma política obteve consenso enquanto esteve na comissão especial, mas acabou esvaziada ao chegar ao plenário. Ele espera concluir a votação do projeto no próximo ano. O tema se arrasta há anos no Congresso, mas agora o governo promete apoiar a reforma.

EMENDA 29

Com a extinção da CPMF, a Câmara pretende votar o projeto que regulamenta a emenda 29, que fixa os percentuais mínimos a serem investidos anualmente em saúde pela União, por estados e municípios. Esse valor deve ser corrigido pela variação nominal do PIB. Os estados ficaram obrigados a aplicar 12% da arrecadação de impostos, e os municípios, 15%.

COMBATE À CORRUPÇÃO

O combate à corrupção será uma das prioridades da Câmara para 2008. Em reunião recente com integrantes da Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro e de Recuperação de Ativos (Encla), que reúne os três poderes, Chinaglia discutiu a criação de uma estrutura permanente para recuperar o dinheiro público desviado.



NAS
ENTRELINHAS
por Alon Feuerwerker

e-mail alon.feuerwerker@correioweb.com.br



Ou revolucionário, ou vítima

Vamos supor que o governo tivesse cedido à greve de fome do bispo Luiz Flávio Cappio e interrompido o andamento da transposição do São Francisco. Estaria então estabelecida a greve de fome como mecanismo adequado para quem discorde de um ato de governo e pretenda alterá-lo. Um completo absurdo. Uma maluquice. Quem está disposto a morrer, assim como quem está disposto a matar, coloca o interlocutor numa situação sem escolha. Ou cede ao suicida (ou assassino) em potencial, ou torna-se supostamente responsável pela subtração de uma (ou mais de uma) vida. É o extremismo individualista levado às últimas consequências. Não há diálogo, não há mediação, não há arbitragem. É o tudo ou nada.

O extremismo individualista encontra na sociedade da mídia e do espetáculo um terreno fertilíssimo para vicejar. Transmitida em tempo real pelos canais de comunicação de massa, a ação individual violenta encontra rapidamente, em ondas de propaganda, uma enorme gama de alvos. Assim, por meio da comunicação e da coação, pretendem-se atingir objetivos políticos que de outro modo seriam inalcançáveis. Como você já percebeu, o extremismo individualista está na raiz do terrorismo.

O que o bispo Cappio faz com sua vida é assunto entre ele e Deus. Sabe-se que o suicídio não é bem aceito pelas grandes religiões monoteístas, incluído o catolicismo. O que torna ainda mais absurdo que um bispo da Igreja Católica ameace o país com o próprio suicídio caso não veja atendidas reivindicações políticas. Chega a ser bizarro. Está tudo errado. Aliás, essa história começou torta já na primeira greve de fome do bispo. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva quis fazer média com o ato extremado e deu gás a que outra greve de fome acontecesse.

Estamos novamente diante da "metamorfose ambulante". Menos mal que a mudança de posição de Lula da Silva tenha sido para melhor. Como, aliás, é hábito no ocupante do Palácio da Alvorada. Há outra observação a fazer nesse caso. Com a nova greve de fome do bispo Cappio, parece ter chegado ao limite a exploração da imagem pública de artistas em benefício de causas políticas. Trata-se de um hábito inaugurado entre nós na campanha das diretas já, mais de duas décadas atrás, e utilizado à exaustão desde lá. Qual é a importância de um artista defender determinada tese? Ou a oposta? Importância nenhuma. Como cidadão, como eleitor, como agente político, o artista é uma pessoa como outra qualquer. E só.

A democracia tem mecanismos para dirimir a divergência, para resolver institucionalmente os conflitos. A democracia não pode ser refém do extremismo individual ou do estrelismo. E se o indivíduo não considera os mecanismos legais disponíveis legítimos o suficiente, sempre lhe restará a opção de uma ação política contestadora radical, com o objetivo de virar a sociedade e o estado de cabeça para baixo. Decisão que lhe trará consequências, das quais ele não poderá depois se lamentar ou queixar-se.

Não vale querer ser ao mesmo tempo revolucionário e vítima. São dois papéis que não combinam. E a existência de Deus não anula o livre arbítrio. O homem é, em última análise, responsável pelos seus atos. Querer transferir à sociedade os ônus das próprias escolhas não chega a ser um exemplo edificante.

A transposição do São Francisco é uma obra polêmica. Como outras. Para azar dos que a ela se opõem, todos os passos legais foram dados para que tenha sido aprovada. Como sempre acontece, a opinião dos políticos sobre o assunto foi mudando de acordo com as circunstâncias. Antes se tratava de uma oposição entre estados atravessados pelo rio e estados que poderão receber a água da transposição. Depois que o governo Lula adotou o projeto, rapidamente os políticos de sua base de apoio que combatiam a transposição mudaram de lado. Deixando orfãos os militantes antitransposição.

O bom senso recomenda que idéias como a da obra do São Francisco sejam analisadas, em primeiro lugar, pelo ângulo técnico. Em seguida, pela compatibilidade com as leis. Finalmente, pelo critério da vontade política dos governantes e legisladores eleitos. Claro que qualquer um pode se rebelar contra as esse mecanismo. Mas aí, repito, não dá para posar de vítima quando a coisa aperta.